



Senhor (a) Juiz de Direito da 4ª Vara Cível e de Fazenda Pública - Comarca de Macapá (AP)

PROCESSO : 0016474-19.2022.8.03.0001
AÇÃO : RECUPERAÇÃO JUDICIAL
PARTE AUTORA : PARANAPANEMA DISTRIB. DE COMBUST. LTDA
PARTE RÉ : AP MARINE LTDA

Moisés Silva Campos, perito contábil, habilitado nos termos do artigo 156, § 1º do Código de Processo Civil, tendo sido nomeado nos autos do processo acima mencionado (ordem #54), vem diante de Vossa Excelência, apresentar o resultado de seu trabalho, nos termos do presente.

LAUDO PERICIAL CONTÁBIL

... para o qual requer sua juntada aos autos.

Termos em que

Pede Deferimento.

Macapá, 11 de março de 2024

ÍNDICE

INFORMAÇÕES SOBRE O PERITO JUDICIAL	2
1 Introdução.....	2
2 Objetivos	4
3 Razões da Crise Econômica da PARANAPANEMA DISTRIB. DE COMBUST. LTDA.....	5
4 Fontes de informações.....	7
5 O pedido de recuperação judicial.....	7
6 Verificação do funcionamento da empresa.....	8
7 Análise de viabilidade econômica do pedido de recuperação e elaboração do laudo pericial	13
8 Conclusão.....	24



INFORMAÇÕES SOBRE O PERITO JUDICIAL

Moisés Silva Campos, Contador, Perito Judicial, fazendo parte do Cadastro Nacional de Peritos Contábeis desde 2017, *Certified Internal Auditor*® (CIA®), Professor convidado da Universidade Estadual do Amapá do programa de pós-graduação lato sensu em Gestão Pública, Especialista em Auditoria e Controladoria, Mestre em Planejamento e Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

Moisés Silva Campos foi designado pelo Juiz de Direito da 4ª Vara Cível e de Fazenda Pública - Comarca de Macapá (AP), estado do Amapá para elaborar Laudo Pericial com vistas a avaliar a viabilidade do Pedido de Recuperação Judicial apresentado pela empresa PARANAPANEMA DISTRIB. DE COMBUST. LTDA. Para tanto, procedeu-se à **constatação exclusivamente das reais condições de funcionamento da requerente e da regularidade e da completude da documentação apresentada com a petição inicial**, conforme art. 51-A da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

Foram analisadas também as condições operacionais da empresa de forma a viabilizar economicamente a Recuperação Judicial.

Anexo ao referido Pedido de Recuperação Judicial, no qual houve a exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira, foram juntados:

- D) as demonstrações contábeis relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais e as levantadas especialmente para instruir o pedido, confeccionadas com estrita observância da legislação societária aplicável e compostas obrigatoriamente de:
 - a. balanço patrimonial;
 - b. demonstração de resultados acumulados;
 - c. demonstração do resultado desde o último exercício social;



- d. relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção;
- II) relação nominal completa dos credores, sujeitos ou não à recuperação judicial, inclusive aqueles por obrigação de fazer ou de dar, com a indicação do endereço físico e eletrônico de cada um, a natureza, conforme estabelecido nos arts. 83 e 84 da Lei 11.101/2005, e o valor atualizado do crédito, com a discriminação de sua origem, e o regime dos vencimentos;
- III) a relação integral dos empregados, em que constem as respectivas funções, salários, indenizações e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento;
- IV) certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas, o ato constitutivo atualizado e as atas de nomeação dos atuais administradores;
- V) a relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor;
- VI) os extratos atualizados das contas bancárias do devedor e de suas eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras;
- VII) certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio ou sede do devedor e naquelas onde possui filial;
- VIII) a relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais e procedimentos arbitrais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista, com a estimativa dos respectivos valores demandados;
- IX) o relatório detalhado do passivo fiscal; e
- X) a relação de bens e direitos integrantes do ativo não circulante, incluídos aqueles não sujeitos à recuperação judicial, acompanhada dos negócios jurídicos celebrados com os credores de que trata o § 3º do art. 49 desta Lei.



O Laudo Pericial inclui análise e comentários sobre os pontos fundamentais do Pedido de Recuperação, incluindo os demonstrativos financeiros apresentados, principalmente do fluxo de pagamento aos credores.

O Pedido de Recuperação, bem como todas as informações fornecidas para a elaboração deste laudo são, por premissa, consideradas confiáveis e válidas, não tendo sido efetuadas análises jurídicas e auditorias, em função da própria natureza da análise, segundo a Lei da recuperação judicial, extrajudicial e falência do empresário e da sociedade empresária.

Conforme nosso melhor entendimento, todos os dados e informações contidas no Pedido, nos demonstrativos financeiros históricos e projetados e nas informações adicionais recebidas são verdadeiras e acuradas, uma vez que foram certificadas por profissional devidamente habilitado.

2 OBJETIVOS

O presente Laudo Pericial tem por objetivo, analisar o Pedido de Recuperação Judicial da empresa PARANAPANEMA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 05.411.176/0001-50 estabelecida sito o Ramal Porto do Céu Comunidade do Coração, bairro Marabaixo, nº 1540, Letra A, CEP: 68909-861, Macapá-AP, a ser apresentado ao Juízo da Recuperação em cumprimento ao disposto no art. 53, Inciso II da Lei 11.101/2005 (a "Lei de Recuperação de Empresas e Falências").

O Pedido de Recuperação Judicial fundamenta-se na crise pelo qual a empresa fora submetida, em função da pandemia do Corona Vírus, que afetou sobremaneira a capacidade de geração de resultados e caixa da requerente. Afirmação que será avaliada a partir dos demonstrativos contábeis e demais relatórios apresentados.



3 RAZÕES DA CRISE ECONÔMICA DA PARANAPANEMA DISTRIB. DE COMBUST. LTDA.

A configuração do mercado de combustíveis, no qual poucas empresas concentram a oferta da matéria prima, impõe apertado espaço para competição entre as distribuidoras, em função do custo de aquisição, o que reduz sobremaneira as margens de lucratividade das empresas.

As formas de aprimoramento de competitividade fixam-se na redução de custos logísticos, no fortalecimento das relações empresariais e na qualidade do atendimento, como pontualidade de entrega, concessões de prazos etc.

A estratégia, portanto, para aumento da lucratividade em mercados dessa natureza, passa necessariamente pelo aumento do volume de negócios, permitindo assim, alavancagem de resultados.

Elevar a escala de produção ou volumes de venda, impõe a captação de recursos financeiros, e conseqüentemente um maior risco nas vendas a prazo que realiza, pois aumentam tanto o rol de clientes quanto o limite de crédito destes clientes. Uma alternativa para garantir vantagens em preços e disponibilidade da matéria-prima, é efetuar compras futuras, demandando grande disponibilidade de recursos financeiros.

Entre as dificuldades que a PARANAPANEMA DISTRIBUIDORA alega, há o elevado poder financeiro apresentado pelos concorrentes, normalmente grandes distribuidoras, muitas com capital internacional, que optam por fornecedores de maior segurança, detém informação privilegiada, e objetivam sempre boicotar o atendimento das pequenas distribuidoras como a requerente.

Essas práticas fizeram com que a requerente por vezes praticasse margens muito reduzidas para o segmento, provocando o início da sua descapitalização, acentuada também por consequência do pesado custo financeiro que se tem.



A situação agravou-se, a partir do dia 20/03/2020, quando os Governos Federal e de diversos Estados da Federação decretaram estado de calamidade pública como consequência da propagação da pandemia do Corona vírus, tendo editado, na ocasião, o Decreto Legislativo Federal nº 06 de 20/03/2020.

Como consequência, todos os setores da economia foram severamente afetados, com a paralisação de atividades e fechamento de estabelecimentos comerciais, o que acarretou a drástica retração do consumo e, por conseguinte, do faturamento das empresas, situação essa que, se prolongou por meses durante do ano de 2020, o que inevitavelmente implicou ainda maior retração na atividade econômica no país.

A PARANAPANEMA DISTRIBUIDORA buscando a possibilidade de mitigar os prejuízos, principalmente daqueles que poderão advir tanto à autora quanto aos postos revendedores e aos próprios consumidores, através da absoluta necessidade de afastamento temporário das restrições impostas no art. 25, § 2º, inciso II, e § 4º, da Resolução ANP 41/2013 (proibição de comercialização com postos que estejam cadastrados com vínculo a bandeira), postulou medida judicial, que restou acolhida em Juízo de Primeiro Grau.

Entretanto, segundo a requerente, as gigantes do mercado, exercendo posição dominante, ingressaram nos autos e em recurso, até então não julgado, foi suspensa a medida liminar.

O efeito como um todo foi a queda vertiginosa da venda, principalmente no primeiro ano de pandemia. Quando o mercado sinalizou uma retomada de vendas, sobreveio nova onda do Covid-19 que retraiu novamente a atividade econômica.

E não foi só nesse período, tanto por práticas e políticas do governo brasileiro, quanto por fatores do mercado internacional (queda do preço do barril do petróleo) fez com que a gasolina tivesse preço muito próximo do etanol (que é o principal produto comercializado pela Paranapanema Distribuidora) forçando assim a baixa de vendas mais uma vez.



Todo o quadro exposto pela requerente, corroborado pelas informações evidenciadas nas demonstrações contábeis, demonstra a uma situação econômica passível de aplicação da Lei da Recuperação Judicial e Falências.

4 FONTES DE INFORMAÇÕES

Para efeito da emissão do laudo pericial, foram utilizadas as seguintes fontes de informação:

a) A petição inicial contendo o pedido da aprovação do Pedido e as justificativas desse pedido.

b) Breve Histórico da empresa contendo informações relevantes e as que identificam as origens da crise financeira que ocorreu com a empresa PARANAPANEMA DISTRIBUIDORA.

c) As planilhas e demonstrativos financeiros históricos e projetados e detalhados, além dos demais documentos apresentados por determinação do rol contido na Lei de Recuperação Judicial e Falências.

5 O PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A empresa PARANAPANEMA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA ingressou na 4ª VARA CÍVEL E DE FAZENDA PÚBLICA DE MACAPÁ, no dia 18 de abril de 2022 com pedido de Recuperação Judicial.

O pedido de Recuperação Judicial tem por finalidade, assegurar a continuidade operacional da empresa. O objetivo é preservar o valor de seus ativos enquanto as negociações com os credores são realizadas, de modo que a recuperação financeira possa acontecer de forma organizada e uma adequada estrutura de capital seja restabelecida, equacionando de forma equilibrada a satisfação de seus credores e a capacidade de pagamento da empresa.

A empresa AP MARINE LTDA busca reaver o imóvel negociado entre as empresas em 2 de julho de 2019 no valor de R\$ 13 milhões. Houve pagamento de R\$ 1 milhão no ato da assinatura do contrato e a segunda



parcela de R\$ 1 milhão, cujo prazo fora fixado para um ano depois, 2 de julho de 2020, foi prorrogado, conforme termo aditivo de 20 de maio de 2020 para 11 de março de 2022. Não houve o pagamento e a empresa AP MARINE LTDA notificou a empresa PARANAPANEMA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA em 24 de março de 2022 ao pagamento de R\$ 1,6 milhões (principal mais encargos). Desta forma, a empresa PARANAPANEMA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA deve R\$ 12 milhões à empresa AP MARINE LTDA, sem considerar encargos financeiros pela inadimplência.

Além desta dívida, constam passivos quirografários da ordem de R\$ 37.261.143,05 (trinta e sete milhões, duzentos e sessenta e um mil, cento e quarenta e três reais e cinco centavos), adiantamento de clientes no valor de R\$ 6.871.900,00 (seis milhões, oitocentos e setenta e um mil e novecentos reais) e empréstimos bancários no montante de R\$ 8.628.901,00 (oito milhões, seiscentos e vinte e oito mil, novecentos e um reais), totalizando R\$ 52.761.944,05 (cinquenta e dois milhões, setecentos e sessenta e um mil, novecentos e quarenta e quatro reais e cinco centavos).

6 VERIFICAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DA EMPRESA

A base operacional da empresa está situada em imóvel adquirido por meio de financiamento em 2 de julho de 2019 no valor de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais), sendo o pagamento ajustado conforme contrato em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) no ato do negócio, o mesmo valor em um ano, 50 parcelas de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e o saldo de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) em até 60 (sessenta) meses.

Com a ocorrência da pandemia COVID-19, em maio de 2020, tendo em vista a proximidade do vencimento da parcela (02 de julho de 2021), e considerando que a ANP ainda não havia autorizado a base, as partes firmaram aditivo contratual prorrogando o vencimento da parcela para 11 de



março de 2022. A base própria foi autorizada pela ANP em 22 de junho de 2021, conforme autorização número 371.

No dia 6 de fevereiro de 2024, procedi diligência ao referido imóvel com a finalidade de verificação as reais condições de funcionamento nos termos do art. 51-A, § 5º da Lei nº 11.101 de 9 de fevereiro de 2005.

O imóvel contém uma estrutura formada por tanques para armazenamento de combustíveis, plataforma para abastecimento dos caminhões tanques, tubulações que conectam os tanques à plataforma, casa de máquinas com motor elétrico e a diesel, galpão, escritório e sistema de combate a incêndio.





Dos 4 tanques de combustíveis, vistos na foto acima (mais ao fundo), dois estão em operação. O tanque em primeiro plano é um reservatório de água.



Aqui trata-se de um sistema de decantação para tratamento da água que será lançada no rio, removendo todos os resíduos de combustíveis, evitando contaminação do solo e da bacia fluvial.





Durante a visita, foi possível evidenciar as operações, com emprego de mão de obra, veículos, máquinas e equipamentos.

7 ANÁLISE DE VIABILIDADE ECONÔMICA DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO E ELABORAÇÃO DO LAUDO PERICIAL

Para efeito de elaboração e emissão deste Laudo Pericial, analisamos todas as informações apresentadas pela empresa e disponíveis nos autos que permitiram a conclusão sobre o momento da empresa e a viabilidade de sua recuperação.

7.1 Viabilidade econômico-financeira do Pedido

As demonstrações financeiras apresentadas, para o enfoque que esta Perícia necessita, apresentaram-se com coerência e consistência técnica, tendo sido preparadas dentro dos padrões usuais de projeções e simulações de comportamentos futuros das operações da empresa.

7.1.1 Projeção de Fluxo de Caixa

A empresa PARANAPANEMA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA apresentou Fluxo de Caixa Projetado – FCP para o período de fevereiro de 2024 a janeiro de 2025. Confrontamos o FCP com as demonstrações financeiras, Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados, e evidenciamos que o FCP está em parte aderente às tendências verificadas a partir de uma expectativa otimista para o período, visto que, as médias mensais em 2022 ficaram assim:

	Ano 2022	Média mensal	Mensal informado nos autos
Receita Líquida	R\$ 658.395.809	R\$ 54.866.317	R\$ 53.287.000
Fornecedores	-R\$ 637.897.143	-R\$ 53.158.095	-R\$ 42.630.000
Folha de Pessoal	- R\$ 1.178.282	- R\$ 98.190	-R\$ 85.000
Despesas Gerais	- R\$ 222.501.376	- R\$ 18.541.781	-R\$ 4.875.000



Tributos	*	*	-R\$ 3.197.250
Lucro	*	*	R\$ 2.500.170

*Como não houve lucro em 2022, não há impostos sobre o lucro calculados.

Desta forma, as despesas gerais estão subdimensionadas, se considerar o último ano demonstrado, 2022. A manutenção dos níveis de receitas e despesas de 2022 não resulta em lucros para a empresa, sendo assim, o Fluxo de Caixa Projetado deve ser uma meta para permitir a empresa voltar a ter lucros, gerando caixa para honrar os compromissos financeiros evidenciados em toda documentação anexa ao pedido de Recuperação Judicial.

7.1.2 Análise do das Demonstrações Financeiras

Duas demonstrações foram apresentadas e analisadas: Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados.

7.1.2.1 Balanço Patrimonial

Na análise dos principais itens do Balanço Patrimonial da empresa PARANAPANEMA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA, revelam o seguinte:

- a) As disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa foram reduzidas sobremaneira em 2022, ou seja 97% em relação a 2021 e 86% em relação a 2020:

TABELA 1 – DISPONIBILIDADES

	Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022
Disponível	R\$ 5.861.248,35	R\$ 25.614.126,73	R\$ 845.299,72

- b) Houve forte investimento no ano de 2021 com a aquisição do imóvel no qual funciona as operações da empresa:

TABELA 2 – IMOBILIZADO

	Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022
Imobilizado	R\$ 4.500.000,00	R\$ 17.500.000,00	R\$ 17.596.128,09



- c) Acompanhando o investimento e confirmando, nota-se o aumento do volume de dívidas, conforme demonstrado:

TABELA 3 – PASSIVOS

	Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022
Passivo Circulante	R\$ 20.408.750,31	R\$ 106.284.376,97	R\$ 228.300.096,27
Passivo Não-Circulante	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.159.095,68

- d) Com destaque para Fornecedores e Obrigações Tributárias:

TABELA 4 – DETALHE DO PASSIVO CIRCULANTE

	Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022
Fornecedores	-R\$ 1.370.675,49	R\$ 44.973.107,46	R\$ 157.412.600,04
Obrigações Tributárias	R\$ 21.764.976,09	R\$ 61.294.053,90	R\$ 54.957.995,84

- e) A empresa que vinha com lucros retidos e acumulados entre os exercícios 2017 e 2019, passou a acumular prejuízos nos exercícios 2020 a 2022:

TABELA 5 – RESULTADOS ACUMULADOS

	Ano 2017	Ano 2018	Ano 2019
Lucros ou Prejuízos Acumulados	R\$ 5.966.427,72	R\$ 668.635,86	R\$ 26.569,28

	Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-R\$ 101.135.751,68	-R\$ 246.485.700,65	-R\$ 479.799.197,55

A análise das contas em destaque demonstra que a empresa reduziu capacidade de pagamento de dívidas em função da redução de suas disponibilidades gerada pelos sucessivos prejuízos que serão analisados a seguir, na seção da Demonstração de Resultados.



7.1.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício

- a) O exame do desempenho econômico nos cinco exercícios apresentados, 2018 a 2022, sendo 2 anos anteriores à pandemia, demonstra forte redução nas receitas em 2020 da ordem de 30%. Houve recuperação em 2021, mas voltou a recuar em 2022, comparado com o ano anterior, na casa de 12%.

TABELA 6 – RECEITA BRUTA

	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020
Receita Bruta	R\$ 26.608.854,05	R\$ 936.230.994,87	R\$ 657.247.184,62

	Ano 2021	Ano 2022
Receita Bruta	R\$ 1.106.473.678,50	R\$ 977.121.509,64

- b) Da Receita Bruta, deduzidos tributos e custos de operação, chega-se ao Lucro Bruto, uma das medidas de resultado econômico. Verifica-se um prejuízo acentuado no exercício de 2021, com recuperação em 2022, obtendo-se o maior resultado dos 5 anos analisados.

TABELA 7 – LUCRO BRUTO

	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020
Lucro Bruto	R\$ 3.759.124,20	R\$ 13.392.174,06	R\$ 3.581.654,15

	Ano 2021	Ano 2022
Lucro Bruto	-R\$ 14.120.735,82	R\$ 20.498.666,17

- c) Apesar dos Lucros Brutos se mostrarem positivos, exceção ao ano de 2021, observou-se elevação em maior proporção das despesas. De 2021 para 2020 o aumento foi de 107% e de 2022 para 2021, mais 71%.

TABELA 8 – DESPESAS OPERACIONAIS

	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020
Despesas Operacionais	-R\$ 281.916,06	-R\$ 8.477.033,16	-R\$ 63.209.959,10



	Ano 2021	Ano 2022
Despesas Operacionais	-R\$ 130.606.706,88	-R\$ 223.679.658,86

- d) O aumento desproporcional das despesas em relação às Receitas e ao Lucro Bruto, gerou Prejuízos Operacionais, como a seguir demonstrado:

TABELA 9 – RESULTADOS OPERACIONAIS

	Ano 2018	Ano 2019	Ano 2020
Resultados Operacionais	R\$ 3.477.208,14	R\$ 4.915.140,90	-R\$ 59.722.823,38

	Ano 2021	Ano 2022
Resultados Operacionais	-R\$ 144.798.721,73	-R\$ 203.173.467,01

- e) Com a finalidade de identificar as despesas que mais se elevaram, destacamos as com maior aumento nos anos de 2020 a 2022:

TABELA 10 – DESPESAS OPERACIONAIS - DESTAQUES

	Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022
Fretes e Carretos	-R\$ 22.829.243,71	-R\$ 34.694.889,02	-R\$ 52.442.779,81
Aluguéis de imóveis	-R\$ 15.212,85	-R\$ 38.873,99	-R\$ 2.669.198,94
Material de Consumo	-R\$ 86.230,65	-R\$ 114.357,98	-R\$ 7.705.791,59
Serviços prestados por terceiros	-R\$ 21.031.438,01	-R\$ 44.459.969,02	-R\$ 88.612.556,02
Despesas Diversas	-R\$ 1.202.145,07	-R\$ 612.065,42	-R\$ 19.289.054,61
Descontos Concedidos	-R\$ 7.798.214,41	-R\$ 48.092.954,06	-R\$ 39.161.713,79
Soma	-52.962.484,70	-128.013.109,49	-209.881.094,76
% das Despesas Operacionais	84%	98%	94%



7.1.2.3 Índices Econômico-financeiros.

SITUAÇÃO FINANCEIRA

Os índices de liquidez demonstram quantas unidades monetárias estão disponíveis para quitar cada real de dívida e, portanto, quanto maior, melhor a capacidade de pagamento da empresa. Por exemplo, em 2020, a empresa possuía R\$ 0,29 em caixa/bancos para cada R\$ 1,00 de dívidas vencíveis dentro de 12 meses. Essa situação se deteriorou a ponto de a liquidez imediata cair abaixo de um centavo. A Liquidez Corrente que considera além do Caixa e Bancos, créditos recebíveis dentro de 12 meses e os estoques para pagamento das dívidas de curto prazo (até 12 meses), caiu abaixo de R\$ 1 em 2021 e mais ainda em 2022, sendo que neste último ano, a cobertura das dívidas de curto prazo foi de apenas 78%, ou para cada R\$ 1 de dívidas, apenas R\$ 0,78 de ativos circulantes (caixa, bancos, estoques e crédito de curto prazo).

A análise demonstra que houve deterioração da capacidade de pagamento das dívidas de curto prazo da empresa.

A Liquidez Geral, por outro lado, acrescenta entre os ativos, os recebíveis de longo prazo para confrontar com todas as dívidas, independentes dos prazos. Esse indicador evidencia que no longo prazo, apesar da redução da capacidade de pagamentos, a condição da empresa ainda é favorável, visto que em 2022, para cada R\$ 1 de dívidas, a empresa possuía R\$ 2,66 de ativos, situação corroborada com a Solvência Geral (todos os ativos confrontados com todos os passivos).

TABELA 11 – ÍNDICES DE LIQUIDEZ E SOLVÊNCIA

	Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022
Liquidez Imediata	0,29	0,24	0,00
Liquidez Corrente	2,67	0,97	0,78
Liquidez Geral	6,16	1,51	2,66
Solvência Geral	6,38	1,68	2,74



GERENCIAMENTO DE CAPITAL DE GIRO

O Capital Circulante Líquido é o indicador que demonstra se há saldo positivo ou negativo no confronto dos Ativos Circulantes contra os Passivos Circulantes. Em 2020 os Ativo Circulante (Caixa, Bancos, Estoque e créditos para receber até 12 meses) eram mais do que suficiente para pagar o Passivo Circulante (dívidas exigíveis até 12 meses), sobrando pouco mais de R\$ 34 milhões, situação financeira que fora alterada para nos anos seguintes, o Ativo Circulante não ser mais suficiente, para pagar o Passivo Circulante. Em 2021 faltava pouco mais de R\$ 3 milhões para a conta fechar e em 2022, o déficit é de quase R\$ 51 milhões, o que comprova sérios problemas de ordem financeira.

TABELA 12 – CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO

	Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022
Capital Circulante Líquido	R\$ 34.132.761,45	-R\$ 3.140.695,22	-R\$ 50.911.059,26

SITUAÇÃO ECONÔMICA

A situação econômica se mostrou desfavorável nos 3 anos que se seguiram à pandemia, tendo em vista que entre 2020 e 2022 houve prejuízo econômico, refletindo na capacidade de geração de caixa (situação financeira), uma vez que dentre as três fontes de financiamento das operações de uma empresa, seus lucros promovem a sustentabilidade em médio e longo prazo. As outras formas de financiamento são: aporte de capital pelos donos/sócios e captação junto a instituições financeiras.

RENTABILIDADE

	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022
Retorno s/ Ativos	40,2%	-84,1%	-93,9%	-48,6%
Retorno s/ Patrimônio Líquido	51%	-100%	-159%	-83%
Margem Líquida	0,7%	-14,0%	-20,6%	-30,9%
Giro do Ativo	61,35	6,02	4,56	1,58



No ano que antecedeu a pandemia, 2019, os resultados foram muito satisfatórios, com retorno sobre o capital investido pelos proprietários de 51%, ou seja, para cada R\$ 1 investido, houve retorno de R\$ 0,51.

A margem líquida, ou seja, parcela da Receita Líquida que se converteu em Lucros Líquidos (após impostos sobre lucro) em 2019 foi de 0,7%, margem baixa, típica do mercado de comercialização de combustíveis, compensada pelo alto giro do Ativo, ou seja, quanto a receita representa em relação ao Ativo Total. Na tabela acima, evidencia-se que o giro do Ativo em 2019 foi de 61 vezes, com queda substancial nos 3 anos que se seguiram, chegando abaixo de 2 em 2022.

Quanto menos gira o Ativo, menos a capacidade da empresa converter a margem líquida em lucros maiores.

ESTRUTURA DE CAPITAIS

A estrutura de capitais é determinada pela configuração dos Passivos Exigíveis (dívidas), frete ao Patrimônio Líquido (capital dos donos/sócios) e do Ativo (todos os recursos a disposição de empresa: saldos bancários, estoques, créditos e bens).

Uma estrutura de capital saudável é aquela na qual a empresa não tenha alta dependência de capital de terceiros (dívidas), portanto, que não tenha um endividamento alto em relação ao capital investido pelos donos/sócios e mesmo frente aos recursos a disposição da empresa, o Ativo.

Como se nota, houve aumento substancial do endividamento da empresa em 2021, comparado a 2020, com crescimento de quatro vezes, aproximadamente. O Grau de Endividamento é medido comparando todas as dívidas com o total de recursos disponíveis para a empresa (Ativos). Mesmo o recuo do índice em 2022, não foi suficiente para voltar à situação de 2020. Entretanto, avalia-se que o endividamento não é excessivo, não comprometendo as operações da empresa no curto e médio prazo, pois em



2022, para cada R\$ 1 de Ativos, R\$ 0,36 eram financiados a partir de dívidas contraídas, logo, R\$ 0,64 é financiado por Capital Próprio.

A composição do endividamento determina a parte exigível a curto prazo, que gera maior pressão sobre o caixa da empresa. Como se nota, nos 3 anos analisados, o endividamento de curto prazo responde pela totalidade ou maior parte das dívidas.

TABELA 14 – ÍNDICES DE RETORNO E RENTABILIDADE

	Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022
Endividamento	15,7%	59,7%	36,5%
Participação de Capital de Terceiros	18,6%	148,0%	57,6%
Composição de Endividamentos	100,0%	100,0%	94,9%

CONSIDERAÇÕES SOBRE FATO RELEVANTE EM 2022

O Balanço Patrimonial de 2022 evidencia um aumento de 269% no Ativo. Verifica-se que houve reconhecimento de participação societária (BESC BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA) da ordem R\$ 458.380.074,45 (quatrocentos e cinquenta e oito milhões, trezentos e oitenta mil, setenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos) e em contrapartida, a Reserva da Reavaliação no Patrimônio Líquido saiu de R\$ 309.023.374,13 (trezentos e nove milhões, vinte e três mil, trezentos e setenta e quatro reais e treze centavos) em 2021, para R\$ 887.960.613,86 (oitocentos e oitenta e sete milhões, novecentos e sessenta mil, seiscentos e treze reais e oitenta e seis centavos) em 2022.

A participação societária se refere ao valor investido em outra empresa com a estratégia não especulativa, mas de participar das decisões da companhia investida. Desta forma, há duas formas de gerar resultados a partir do investimento, vendendo a participação societária ou obtendo dividendos (parte dos lucros não retidos) da empresa investida. A avaliação



de quase meio bilhão de reais, leva a crer que a empresa em análise espera resultados em grandes volumes de recursos a partir do investimento feito.

Ajustando o Balanço Patrimonial para retirar o efeito do investimento citado, chega-se à conclusão de que a empresa está com o passivo a descoberto, ou seja, os Ativos (bens e direitos) são insuficientes para cobrir os Passivos (dívidas):

ANO 2022	APRESENTADO	AJUSTADO
ATIVO	R\$ 657.920.608,26	R\$ 199.540.533,81
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 177.389.037,01	R\$ 177.389.037,01
DISPONÍVEL	R\$ 845.299,72	R\$ 845.299,72
CLIENTES	R\$ 8.972.361,86	R\$ 8.972.361,86
OUTROS CRÉDITOS	R\$ 166.003.109,10	R\$ 166.003.109,10
ESTOQUE	R\$ 1.568.266,33	R\$ 1.568.266,33
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	R\$ 480.531.571,25	R\$ 22.151.496,80
OUTROS CRÉDITOS	R\$ 984.615,00	R\$ 984.615,00
ADIANTAMENTO E FORNECEDORES	R\$ 3.570.753,71	R\$ 3.570.753,71
PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS	R\$ 458.380.074,45	
IMOBILIZADO	R\$ 17.596.128,09	R\$ 17.596.128,09

PASSIVO	R\$ 657.920.608,26	R\$ 199.540.533,81
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 228.300.096,27	R\$ 228.300.096,27
(-) FORNECEDORES	R\$ 157.412.600,04	R\$ 157.412.600,04
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	R\$ 54.957.995,84	R\$ 54.957.995,84
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	R\$ 428.699,39	R\$ 428.699,39
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	R\$ 6.871.900,00	R\$ 6.871.900,00
EMPRESTIMOS BANCARIOS	R\$ 8.628.901,00	R\$ 8.628.901,00
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	R\$ 12.159.095,68	R\$ 12.159.095,68
FINANCIAMENTOS	R\$ 69.095,68	R\$ 69.095,68
FORNECEDORES	R\$ 12.090.000,00	R\$ 12.090.000,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 417.461.416,31	-R\$ 40.918.658,14
CAPITAL SOCIAL	R\$ 9.300.000,00	R\$ 9.300.000,00
RESERVAS	R\$ 887.960.613,86	R\$ 429.580.539,41
RESERVA DE REAVALIAÇÃO	R\$ 887.960.613,86	R\$ 429.580.539,41
(-) LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	-R\$ 479.799.197,55	-R\$ 479.799.197,55



7.2 Parecer Técnico

É importante enfatizar que a empresa PARANAPANEMA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA não possui as suas Demonstrações Financeiras auditadas por empresa de Auditoria Externa, sendo os seus controles e lançamentos realizados pelo serviço de contabilidade contratado para preparar suas Demonstrações Financeiras.

Dessa forma, após a análise das informações apresentadas pela administração da empresa, foi possível avaliar a capacidade de pagamento aos credores, consideramos que a viabilidade econômico-financeira é constatada através dos seguintes fatores:

a) Os demonstrativos financeiros refletem as atividades da empresa e que as projeções foram realizadas em consonância com o histórico das operações;

b) As receitas brutas, custos e despesas operacionais projetados, desde que ajustadas com vistas à sustentabilidade financeira, permitem a obtenção de fluxos de caixa positivos, em níveis suficientes para poder cumprir com os eventuais cronogramas de pagamentos aos credores;

c) A geração de caixa proveniente das suas operações permite a afirmação de que o Pedido de Recuperação apresentado ao Juízo de Recuperação é factível economicamente e poderá atender aos interesses de todos credores e acionistas quando da formatação do Plano de Recuperação; e

d) Mantendo-se o cenário de relativa estabilidade política, com as reformas tributária e administrativa em marcha, é esperada uma recuperação econômica após a crise imposta pela pandemia, criando um cenário propício para as operações da empresa PARANAPANEMA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA.



8 CONCLUSÃO

Portanto, é nosso parecer que:

- Pedido de Recuperação Judicial ora apresentado ao Juízo de Recuperação de Empresas pela PARANAPANEMA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA demonstra viabilidade econômico-financeira, pois:

a) Analisando-se as premissas e pressupostos utilizados para as projeções dos demonstrativos financeiros apresentadas pela empresa, fica demonstrado que são compatíveis e dentro de padrões, dentro da sua expectativa de crescimento.

b) Há potencial de normalização e continuação das atividades operacionais do PARANAPANEMA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA tornando possível a geração de recursos e permitindo a possibilidade de pagamentos aos credores.

c) O Pedido apresentado ao Juízo da 4ª VARA CÍVEL E DE FAZENDA PÚBLICA DE MACAPÁ demonstra:

1. A capacidade de geração de caixa decorrente das operações da empresa no prazo judicial da Recuperação Judicial;

2. Da geração de caixa projetada para os próximos anos deverá ser suficiente para a cobertura do programa de pagamento aos seus credores, operacionais na forma proposta. É nosso entendimento que a projeção das receitas brutas é plenamente factível, de forma a poder dar aos credores, confiança de que os recursos oriundos das operações possam contribuir para viabilizar o programa de pagamento aos mesmos quando da formatação do Plano de Recuperação.

Dessa forma, após a análise das informações apresentadas, da constatação da coerência dos demonstrativos e projeções financeiras e da possibilidade e capacidade de pagamento aos credores, somos de parecer que o Pedido de Recuperação apresenta viabilidade econômico-financeira.



Caso haja o deferimento do Pedido do Recuperação Judicial, o Plano de Recuperação previsto no art. 53 da Lei 11.101/2005 deverá conter medidas para redução de despesas, conforme apontado pela análise neste Laudo Pericial, permitindo assim o equilíbrio entre receitas e despesas capaz de gerar excedentes de caixa para o pagamento dos passivos objeto deste processo.

É o parecer. Respeitosamente,

Macapá/AP, 11 de março de 2024

Moisés Silva Campos
Perito – Contábil
CRC – AP n° 001154/O-8
CNPC n° 4578

ANEXOS

BALANÇO PATRIMONIAL

PARANAPANEMA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA

05.411.176/0001-50

	ANO 2017	ANO 2018	ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021	ANO 2022
ATIVO	R\$ 12.862.605,28	R\$ 12.539.173,10	R\$ 11.900.758,88	R\$ 130.155.822,76	R\$ 178.122.050,45	R\$ 657.920.608,26
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 8.362.605,28	R\$ 8.039.173,10	R\$ 7.375.731,03	R\$ 54.541.511,76	R\$ 103.143.681,75	R\$ 177.389.037,01
DISPONÍVEL	R\$ 1.489.549,23	R\$ 17.386,50	R\$ 2.006.754,83	R\$ 5.861.248,35	R\$ 25.614.126,73	R\$ 845.299,72
CAIXA	R\$ 838.790,33	R\$ 16.653,49	R\$ 5.952,27	R\$ 95.577,59	R\$ 414,93	R\$ 1.117,13
BANCOS CONTA MOVIMENTO	R\$ 650.758,90	R\$ 733,01	R\$ 130.556,17	R\$ 17.706,22	R\$ 11.078,67	R\$ 56.056,54
APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA		R\$ 0,00	R\$ 1.870.246,39	R\$ 2.843.430,92	R\$ 2.341.016,31	R\$ 788.126,05
INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA				R\$ 2.904.533,62	R\$ 23.261.616,82	R\$ 0,00
CLIENTES	R\$ 2.780.950,20	R\$ 5.561.900,40	R\$ 2.839.450,55	R\$ 8.351.946,01	R\$ 14.204.579,61	R\$ 8.972.361,86
DUPLICATAS A RECEBER	R\$ 2.780.950,20	R\$ 5.561.900,40	R\$ 2.839.450,55	R\$ 8.351.946,01	R\$ 14.204.579,61	R\$ 8.972.361,86
OUTROS CRÉDITOS	R\$ 2.006.705,99	R\$ 2.459.886,20	R\$ 2.459.886,20	R\$ 32.072.816,09	R\$ 36.234.176,75	R\$ 166.003.109,10
ADIANTAMENTOS	R\$ 2.006.705,99	R\$ 2.459.886,20	R\$ 2.459.886,20	R\$ 32.072.816,09	R\$ 36.234.176,75	R\$ 166.003.109,10
ESTOQUE	R\$ 2.085.399,86	R\$ 0,00	R\$ 69.639,45	R\$ 8.255.501,31	R\$ 27.090.798,66	R\$ 1.568.266,33
MERCADORIAS, PRODUTOS E INSUMOS	R\$ 2.085.399,86	R\$ 0,00	R\$ 69.639,45	R\$ 8.255.501,31	R\$ 27.090.798,66	R\$ 1.568.266,33
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	R\$ 4.500.000,00	R\$ 4.500.000,00	R\$ 4.525.027,85	R\$ 75.614.311,00	R\$ 74.978.368,70	R\$ 480.531.571,25
OUTROS CRÉDITOS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 984.615,00	R\$ 984.615,00
VALORE A RECEBER - DEVEDORES DUVIDOSOS				R\$ 0,00	R\$ 984.615,00	R\$ 984.615,00
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 71.114.311,00	R\$ 56.493.753,70	R\$ 461.950.828,16
ADIANTAMENTO E FORNECEDORES PARA COMPRA FUTURA				R\$ 24.180.707,59	R\$ 56.493.753,70	R\$ 3.570.753,71
PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS				R\$ 46.933.603,41	R\$ 0,00	R\$ 458.380.074,45
IMOBILIZADO	R\$ 4.500.000,00	R\$ 4.500.000,00	R\$ 4.525.027,85	R\$ 4.500.000,00	R\$ 17.500.000,00	R\$ 17.596.128,09
IMÓVEIS	R\$ 4.500.000,00	R\$ 4.500.000,00	R\$ 4.500.000,00	R\$ 4.500.000,00	R\$ 17.500.000,00	R\$ 17.500.000,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		R\$ 0,00	R\$ 25.027,85			
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS						R\$ 18.985,50
VEÍCULOS						R\$ 85.714,00
(-) DEPRECIACIONES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL						-R\$ 8.571,41
PASSIVO	R\$ 12.862.605,28	R\$ 12.539.173,10	R\$ 11.900.758,88	R\$ 130.155.822,76	R\$ 178.122.050,45	R\$ 657.920.608,26
PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 2.121.177,56	R\$ 2.570.537,24	R\$ 2.574.189,60	R\$ 20.408.750,31	R\$ 106.284.376,97	R\$ 228.300.096,27
(-) FORNECEDORES	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 1.370.675,49	R\$ 44.973.107,46	R\$ 157.412.600,04
(-) FORNECEDORES				-R\$ 1.370.675,49	R\$ 44.973.107,46	R\$ 157.412.600,04
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	R\$ 2.113.856,54	R\$ 2.567.001,73	R\$ 2.567.292,46	R\$ 21.764.976,09	R\$ 61.294.053,90	R\$ 54.957.995,84
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	R\$ 2.113.856,54	R\$ 2.567.001,73	R\$ 2.567.292,46	R\$ 21.764.976,09	R\$ 61.294.053,90	R\$ 54.957.995,84
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	R\$ 4.671,02	R\$ 3.535,51	R\$ 6.897,14	R\$ 14.449,71	R\$ 17.215,61	R\$ 428.699,39
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	R\$ 3.656,62	R\$ 2.322,30	R\$ 5.512,80			
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	R\$ 1.014,40	R\$ 1.213,21	R\$ 1.384,34	R\$ 14.449,71	R\$ 17.215,61	R\$ 340.000,00

BALANÇO PATRIMONIAL

PARANAPANEMA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA

05.411.176/0001-50

	ANO 2017	ANO 2018	ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021	ANO 2022
PROVISÕES						R\$ 88.699,39
OUTRAS OBRIGAÇÕES	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.871.900,00
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES						R\$ 6.871.900,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	R\$ 2.650,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.628.901,00
EMPRESTIMOS DE SOCIOS	R\$ 2.650,00					
EMPRESTIMOS BANCARIOS						R\$ 8.628.901,00
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.159.095,68
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.159.095,68
FINANCIAMENTOS						R\$ 69.095,68
FORNECEDORES						R\$ 12.090.000,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ 10.741.427,72	R\$ 9.968.635,86	R\$ 9.326.569,28	R\$ 109.747.072,45	R\$ 71.837.673,48	R\$ 417.461.416,31
CAPITAL SOCIAL	R\$ 4.775.000,00	R\$ 9.300.000,00	R\$ 9.300.000,00	R\$ 9.300.000,00	R\$ 9.300.000,00	R\$ 9.300.000,00
CAPITAL SUBSCRITO	R\$ 4.775.000,00	R\$ 9.300.000,00	R\$ 9.300.000,00	R\$ 9.300.000,00	R\$ 9.300.000,00	R\$ 9.300.000,00
RESERVAS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 201.582.824,13	R\$ 309.023.374,13	R\$ 887.960.613,86
RESERVA DE REAVLIAÇÃO				R\$ 201.582.824,13	R\$ 309.023.374,13	R\$ 887.960.613,86
(-) LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	R\$ 5.966.427,72	R\$ 668.635,86	R\$ 26.569,28	-R\$ 101.135.751,68	-R\$ 246.485.700,65	-R\$ 479.799.197,55
(-) LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	R\$ 5.966.427,72	R\$ 668.635,86	R\$ 26.569,28	-R\$ 101.135.751,68	-R\$ 246.485.700,65	-R\$ 479.799.197,55

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO
PARANAPANEMA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA
05.411.176/0001-50

	ANO 2018	ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021	ANO 2022
RECEITA BRUTA	R\$ 26.608.854,05	R\$ 936.230.994,87	R\$ 657.247.184,62	R\$ 1.106.473.678,50	R\$ 977.121.509,64
VENDA DE MERCADORIAS	R\$ 26.608.854,05				
VENDA DE MERCADORIAS - FILIAL 8				R\$ 50.989.995,93	R\$ 64.321.332,40
VENDA DE MERCADORIAS - FILIAL 3		R\$ 936.230.994,87	R\$ 560.075.116,08	R\$ 978.496.415,40	R\$ 847.780.839,14
VENDA DE MERCADORIAS - FILIAL 4		R\$ 0,00	R\$ 97.172.068,54	R\$ 76.987.267,17	R\$ 65.019.338,10
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	R\$ 0,00	-R\$ 126.368.085,11	-R\$ 212.890.075,69	-R\$ 381.441.429,78	-R\$ 295.758.925,76
(-) (-) DEVOLUÇÃO DE VENDA DE MERCADORIAS		R\$ 0,00	-R\$ 842.043,39	-R\$ 1.457.534,94	-R\$ 695.068,79
(-) (-) ICMS PROPRIO		-R\$ 68.893.458,74	-R\$ 150.112.553,76		
(-) (-) ICMS PROPRIO - FILIAL 003				-R\$ 267.849.296,49	-R\$ 210.194.839,07
(-) ICMS - FCP		R\$ 0,00	-R\$ 9.358.482,58	-R\$ 30.654.165,36	R\$ 0,00
(-) ICMS ST	R\$ 0,00	-R\$ 57.474.626,37	-R\$ 52.576.995,96	-R\$ 76.780.973,56	R\$ 0,00
(-) (-) ICMS PROPRIO - FILIAL 004				R\$ 0,00	-R\$ 3.832.253,19
(-) (-) ICMS PROPRIO - FILIAL 008				-R\$ 4.699.459,43	-R\$ 3.134.371,64
(-) (-) ICMS ST FILIAL 003				R\$ 0,00	-R\$ 77.163.534,32
(-) (-) ICMS ST FILIAL 008				R\$ 0,00	-R\$ 738.858,75
(-) CUSTOS	-R\$ 22.849.729,85	-R\$ 60.115.816,45	-R\$ 16.967.789,70	-R\$ 21.474.783,50	-R\$ 22.966.774,09
(-) CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS	-R\$ 22.849.729,85				
(-) ARMAZENAGEM			-R\$ 16.967.789,70	-R\$ 21.474.783,50	-R\$ 22.966.774,09
(-) ICMS ANTECIPAÇÃO PARCIAL		-R\$ 134.701,08	R\$ 0,00		
(-) ICMS ANTECIPAÇÃO TOTAL - ST		-R\$ 59.981.115,37	R\$ 0,00		
RECEITA LÍQUIDA	R\$ 3.759.124,20	R\$ 749.747.093,31	R\$ 427.389.319,23	R\$ 703.557.465,22	R\$ 658.395.809,79
(-) CMV	R\$ 0,00	-R\$ 736.354.919,25	-R\$ 423.807.665,08	-R\$ 717.678.201,04	-R\$ 637.897.143,62
(-) CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS		-R\$ 736.354.919,25	-R\$ 423.807.665,08	-R\$ 717.678.201,04	-R\$ 549.184.470,03
(-) CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS					-R\$ 88.712.673,59
LUCRO BRUTO	R\$ 3.759.124,20	R\$ 13.392.174,06	R\$ 3.581.654,15	-R\$ 14.120.735,82	R\$ 20.498.666,17
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	-R\$ 281.916,06	-R\$ 8.477.033,16	-R\$ 63.209.959,10	-R\$ 130.606.706,88	-R\$ 223.679.658,86
(-) DESPESAS COM VENDAS	R\$ 0,00	-R\$ 6.454.844,94	-R\$ 22.829.243,71	-R\$ 34.697.964,02	-R\$ 53.800.323,81
(-) FRETES E CARRETOS	R\$ 0,00	-R\$ 6.451.089,24	-R\$ 22.829.243,71	-R\$ 34.694.889,02	-R\$ 52.442.779,81
(-) MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS				-R\$ 2.478,00	-R\$ 602.935,00
(-) MANUTENÇÃO E REPARO	R\$ 0,00	-R\$ 3.755,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 753.840,00
(-) DESPESAS POSTAIS E TELEGRÁFICAS				-R\$ 597,00	-R\$ 769,00
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-R\$ 281.916,06	-R\$ 2.022.188,22	-R\$ 40.380.715,39	-R\$ 95.908.742,86	-R\$ 169.879.335,05
(-) SALÁRIOS E ORDENADOS	-R\$ 69.747,33	-R\$ 65.863,56	-R\$ 230.183,08	-R\$ 394.665,19	-R\$ 350.806,70
(-) 13º SALÁRIO	-R\$ 8.109,54	-R\$ 5.522,91	R\$ 0,00	-R\$ 21.833,86	-R\$ 31.152,66

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO
PARANAPANEMA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA
05.411.176/0001-50

	ANO 2018	ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021	ANO 2022
(-) FÉRIAS	-R\$ 4.000,01	-R\$ 3.566,67	-R\$ 14.212,47	-R\$ 42.464,52	-R\$ 59.999,91
(-) INSS	-R\$ 17.672,20	-R\$ 39.233,66	-R\$ 88.079,67	-R\$ 145.107,23	-R\$ 522.947,41
(-) FGTS	-R\$ 5.517,48	-R\$ 9.408,48	-R\$ 14.762,00	-R\$ 30.934,01	-R\$ 35.146,11
(-) VALE TRANSPORTE	R\$ 0,00	-R\$ 7.079,70	-R\$ 17.596,20	-R\$ 19.604,30	-R\$ 25.463,50
(-) VALE REFEIÇÃO	-R\$ 116.869,50	R\$ 0,00	-R\$ 11.589,40	-R\$ 143.922,90	-R\$ 152.765,84
(-) DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO		R\$ 0,00	-R\$ 94.773,63	R\$ 0,00	-R\$ 312.439,00
(-) ALUGUÉIS DE IMÓVEIS		-R\$ 11.858,74	-R\$ 15.212,85	-R\$ 38.873,99	-R\$ 2.669.198,94
(-) ALUGUÉIS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ 0,00	-R\$ 13.269,97	-R\$ 31.422,09	-R\$ 371.408,58
(-) ARRENDAMENTO BASE	R\$ 0,00	-R\$ 1.175.000,00	R\$ 0,00		
(-) IPTU				R\$ 0,00	-R\$ 468,23
(-) TAXAS DIVERSAS		R\$ 0,00	-R\$ 159.661,28	-R\$ 57.240,71	-R\$ 288.817,45
(-) ICMS - MG				R\$ 0,00	-R\$ 231.800,16
(-) ENERGIA ELÉTRICA	R\$ 0,00	-R\$ 549,28	-R\$ 9.712,00	-R\$ 23.369,34	-R\$ 1.420,03
(-) TELEFONE	R\$ 0,00	-R\$ 1.394,10	-R\$ 1.861,40	-R\$ 1.858,80	-R\$ 4.015,36
(-) DESPESAS INFORMATICA /SISTEMAS	R\$ 0,00	-R\$ 38.853,34	-R\$ 40.770,00	R\$ 0,00	-R\$ 1.280.951,50
(-) SEGUROS		R\$ 0,00	-R\$ 475,71	R\$ 0,00	-R\$ 77,00
(-) MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 0,00	-R\$ 80.209,78	-R\$ 86.230,65	-R\$ 114.357,98	-R\$ 7.705.791,59
(-) MATERIAL DE ESCRITORIO				-R\$ 4.140,00	-R\$ 413.800,00
(-) BENS DE PEQUENO VALOR		R\$ 0,00	-R\$ 949,05	R\$ 0,00	-R\$ 2.166,00
(-) SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	R\$ 0,00	-R\$ 330.838,88	-R\$ 21.031.438,01	-R\$ 44.459.969,02	-R\$ 88.612.556,02
(-) DEPRECIACÕES E AMORTIZACÕES				R\$ 0,00	-R\$ 8.571,41
(-) CONSULTORIA		R\$ 0,00	-R\$ 7.957.065,01	R\$ 0,00	-R\$ 2.954.380,45
(-) DESPESAS LEGAIS E JUDICIAIS		R\$ 0,00	-R\$ 662,34		
(-) DESPESAS C/VIAGEM				R\$ 0,00	-R\$ 157.669,19
(-) CORRETAGEM		R\$ 0,00	-R\$ 315.239,59	R\$ 0,00	-R\$ 1.163.361,13
(-) HONORARIOS ADVOCATICIOS	-R\$ 45.000,00	-R\$ 70.000,00	-R\$ 1.094.474,24	-R\$ 1.491.985,00	-R\$ 3.163.028,32
(-) DESPESAS DIVERSAS		R\$ 0,00	-R\$ 1.202.145,07	-R\$ 612.065,42	-R\$ 19.289.054,61
(-) HONORARIOS CONTABEIS	-R\$ 15.000,00	-R\$ 160.000,00	-R\$ 147.958,65	-R\$ 118.089,50	-R\$ 844.246,75
(-) DESPESAS BANCARIAS		-R\$ 22.809,12	-R\$ 34.178,71	-R\$ 63.884,94	-R\$ 64.117,41
(-) DESCONTO CONCEDIDOS		R\$ 0,00	-R\$ 7.798.214,41	-R\$ 48.092.954,06	-R\$ 39.161.713,79
RECEITAS FINANCEIRAS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 94.518,43	-R\$ 71.279,03	R\$ 7.525,68
JUROS DE APLICAÇÕES				R\$ 24.692,71	R\$ 33.893,32
(-) JUROS		R\$ 0,00	-R\$ 69.708,43	-R\$ 70.844,50	-R\$ 21.967,64
(-) MULTA		R\$ 0,00	-R\$ 24.810,00	-R\$ 25.127,24	-R\$ 4.400,00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO
PARANAPANEMA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA
05.411.176/0001-50

	ANO 2018	ANO 2019	ANO 2020	ANO 2021	ANO 2022
(-) RESULTADO OPERACIONAL	R\$ 3.477.208,14	R\$ 4.915.140,90	-R\$ 59.722.823,38	-R\$ 144.798.721,73	-R\$ 203.173.467,01
(-) RESULTADO ANTES DO IR E CSL	R\$ 3.477.208,14	R\$ 4.915.140,90	-R\$ 59.722.823,38	-R\$ 144.798.721,73	-R\$ 203.173.467,01
(-) PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	R\$ 3.477.208,14	R\$ 4.915.140,90	-R\$ 59.722.823,38	-R\$ 144.798.721,73	-R\$ 203.173.467,01